

INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA E PREVENÇÃO PRIMÁRIA AS DROGAS E VIOLÊNCIA

Darwin Salgado Germano¹
Marcos Antônio Silva²
Sanany de Almeida Alves Silva³

RESUMO

As políticas públicas são desenvolvidas para melhor atender aos anseios da comunidade. Neste tocante, a escola é, sem dúvida, a entidade que mais recebe intervenções, afinal, é da sociedade que saem as pessoas que irão frequentar o ambiente escolar. Por meio do método hipotético dedutivo, realizamos uma pesquisa de campo com análise qualitativa e quantitativa onde identificamos que a prática de integração de ações de prevenção primária no ambiente escolar é uma necessidade, uma vez que já existem várias ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem a administração pública, mas que não apresentam sua funcionalidade de forma estratégica e em rede fato identificado nas comunidades pesquisadas. A perspectiva avaliada no trabalho da conta de que a atuação integrada tende a produzir resultados efetivos na prevenção às drogas e à violência.

Palavras-chave: políticas públicas - escola - prevenção primária - rede e integração.

ABSTRACT

Public policies are developed to better accommodate the needs of the community. In this respect, the school is undoubtedly the entity that receives the most interventions. After all, the people who will attend school come from society. Through the hypothetical deductive method, we conducted a field research with qualitative and quantitative analysis where we identified that integrating the practice of primary prevention actions in schools is a necessity, since there are already several actions developed by the organizations that make up the public administration, but do not exhibit their strategical and networked functionality, a fact identified in the communities surveyed. The perspective evaluated in this work accounts that the integrated action tends to produce effective results in the prevention of drugs and violence.

Keywords: public policies - school - primary prevention - network and integration.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV e em Docência e Ensino Superior pelo ICE/APMCV. Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

² Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMCV. Pós-graduado no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

³ Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, Especialista em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas pela UFS e no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pela AESP/CE. Pós-graduada no Curso Superior de Polícia com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior - APMCV/PMMT.

INTRODUÇÃO

O Estado moderno é extremamente marcado pela violência e pelo medo que aflige, revolta e deixam acuados os moradores dos centros urbanos. Em via de regra, todos nós já sofremos direta ou indiretamente algum episódio marcado pela violência que, sem dúvida, trazem sequelas graves.

Para contextualizar o acentuado crescimento da violência nos últimos anos em nosso país, o Atlas da Violência 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulga a taxa de 62.517 homicídios no ano de 2016 que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes (IPEA, 2018).

A visibilidade da violência tornou-se rotineira não só nos noticiários, como também nas redes de mídias sociais, nas ruas da cidade e nos lares das nossas sociedades mais avançadas. Ela é impactante e real e afeta constantemente o futuro de uma nação à medida que, em sua maioria, são assassinados jovens negros de baixa escolaridade em idades produtivas de 15 a 24 anos, o que implica em grandes impactos socioeconômicos (SZABÓ; RISSO, 2018).

Percebemos de imediato, com relação a violência, que é grande o número de jovens vítimas deste fenômeno social. Insta ressaltar que as vítimas estão em idade escolar e, sem sombra de dúvida, isso impacta no futuro de nossa nação.

Na promoção da paz social e prevenção do crime, depois da família, a escola é, sem dúvida, um importante observatório da sociedade que necessita de um resgate de valores e de compromissos que devem ser reafirmados por uma estrutura acolhedora. A escola é, seguramente, a entidade que precisa ser melhor aproveitada no sentido de servir como fonte de avaliação para melhor entender o problema da violência em nossa sociedade.

A educação no Brasil vem sofrendo com a violência tanto quanto a própria sociedade, afinal, é da sociedade que saem os alunos para frequentar o ambiente escolar. A percepção do professor é um importante termômetro para traçar características peculiares de cada comunidade, informações que servirão para esclarecer a dinâmica e o comportamento da violência e da criminalidade de forma

sistemática, além de contribuir para demonstrar uma evolução das ações implantadas.

O presente estudo visa verificar a necessidade ou não da prática de integração de ações de prevenção primária no ambiente escolar, bem como analisar as políticas públicas de integração estratégica e prevenção primária às drogas e à violência nas escolas dos bairros pesquisados. O estudo promove uma visão panorâmica da violência e o seu enfrentamento através de medidas de prevenção primária nas unidades escolares.

O tema é profundamente relevante e de interesse de toda a sociedade. Consideramos a hipótese de que, apesar da existência de vários programas de prevenção primária, a falta de integração entre eles tende a não produzir resultados efetivos na prevenção às drogas e à violência. Dentro desta hipótese, poderemos analisar percepção dos docentes quanto à rede integrada para prevenção primária.

Neste sentido, o presente estudo analisa, utilizando-se da abordagem comparativa, a percepção dos docentes sobre as questões relacionadas às drogas, à violência e à criminalidade dos bairros Pedra Noventa em Cuiabá-MT e Santa Maria em Aracaju-SE, de modo a contribuir para a elaboração de políticas públicas de prevenção na área de Segurança Pública dos Estados respectivos. A escolha desse método de abordagem tem como objetivo ampliar a análise, visto que, as realidades são diversas e multifacetadas, apesar de, no primeiro momento aparentar uma só comunidade, dados os altos índices de criminalidade e violência vivenciados nesses bairros.

A pesquisa utilizou a abordagem quanti-qualitativo, a fim de produzir um melhor alcance dos objetivos propostos, conforme anunciado por Minayo (1994): o conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõe, pelo contrário eles se complementam, pois, a realidade abrangida interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. As unidades de observação foram escolas públicas situadas nos Bairros de Pedra Noventa em Cuiabá e do Bairro Santa Maria do município de Aracaju. Aos professores que participaram da pesquisa foram informadas as seguintes etapas do trabalho de pesquisa: os objetivos a serem alcançados, a liberdade de participação, o direito de solicitar outros esclarecimentos, a garantia de

demanda e a necessidade de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O estudo foi dividido em quatro partes sendo que a primeira trata da definição dos termos técnicos: Integração estratégica com formação Rede ou Sistema, na busca de uma análise aprofundada em torno dessas estruturas para a redução da violência e da criminalidade de cada comunidade. Na segunda parte, apresenta-se a abordagem sobre a necessidade da prevenção primária às drogas e a violência, a partir dos principais aspectos evidenciados nas unidades escolares.

Já na terceira e na última parte do trabalho, buscou-se a interpretação dos Planejamentos Estratégicos de Segurança Pública do Estado de Sergipe e Mato Grosso com foco na prevenção primária e suas ações e metas, tomando como base o Plano Plurianual 2015/2019 e, a discussão e análise de dados da pesquisa de campo.

O estudo se justifica pela grande relevância social, onde permite apresentar aos gestores públicos subsídios teóricos importantes para o processo da integração na prevenção primária para redução de violência e criminalidade. Nossa pretensão é contribuir de forma positiva para a elaboração de novas estratégias em segurança pública no que se refere à melhoria de métodos de abordagem junto às comunidades que vivenciam grande vulnerabilidade social, a fim de favorecer o estímulo para a prevenção primária amparada no exercício participativo do cidadão.

INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA

A palavra estratégia é um antigo conceito militar que define o habilidoso uso de uma força em larga proporção contra o inimigo. Planejamento estratégico seria a utilização de recursos de forma globalizada para atingir os objetivos a longo prazo. Para o alcance da estratégia, é extremamente necessário envolver a organização em totalidade, ou seja, de forma integrada, sendo orientada pelo plano de ação a longo prazo (CHIAVENATO, 2000).

Notadamente, a estratégia é um comportamento sistêmico que requer a participação de todos os atores envolvidos em prol de um objetivo comum.

A solução para a Segurança Pública busca redução da violência e da criminalidade e inclui a mobilização dos recursos organizacionais, humanos e os instrumentos de poder para aplicar numa proposta de solução política mais adequada a cada cidade, bairro ou rua e a todos, envolvendo o governo federal, os estaduais, os municipais, às instituições sociais e policiais, além da participação democrática e responsável da sociedade. Assim, a prevenção da violência é oriunda de um projeto multidimensional e multisetorial marcada pela transparência. A manutenção da ordem e da tranquilidade é um direito que envolve toda a sociedade, por meio de práticas que estimule a participação de todos na consecução desse direito (SOARES, 2005).

Rocha (2013) reforça esse entendimento de que, com a participação popular, baseada na Carta Magna, faz-se a segurança pública no Brasil de forma estratégica e integrada pela responsabilidade de todos. Em países desenvolvidos economicamente, esses processos de controle mútuo de avaliação e de responsabilização permanente dos agentes públicos entre os poderes que permitam ao cidadão controlar o exercício do poder concedido aos seus representantes é conhecido pelo exercício do *accountability*⁴. Quanto mais engajado for esse povo, mais efetiva e confiáveis são as informações que promovem a construção de ações integradas de estratégias na prevenção da violência. Para produzir essas informações não é fácil. A integração estratégica é uma importante ferramenta que deverá ser utilizada por uma gestão inteligente no combate ao crime e violência social.

Uma das formas de empoderar uma comunidade é através da implementação da filosofia de polícia comunitária onde a sociedade e a polícia são os principais atores no enfrentamento ao crime e à violência local.

Para Castro (2018), a participação democrática do cidadão é o reconhecimento de mudanças comportamentais da sociedade como a melhor maneira de enfrentamento da violência e da criminalidade. A criação da polícia comunitária seria uma estratégia adotada de boas práticas por diversos países

⁴ *Accountability* - palavra de origem inglesa que se define pela participação popular onde exercer a cidadania é fiscalizar e compartilhar do poder com os agentes públicos, visando à tomada de decisão relacionada com a comunidade em ação legítima de democracia em construção do bem comum e à estabilidade da sociedade (ROCHA, 2013).

permitindo celeridade aos altos grau de insegurança e medo oriundo dos elevados níveis de criminalidade.

Uma grande dificuldade encontrada para a consolidação de uma integração estratégica é evidenciada por Bechara no seguinte trecho:

Culturalmente os órgãos agem de forma isolada [...]. As inúmeras experiências nacionais, estrangeiras e internacionais revelam que o esforço de integração e cooperação sustentável pressupõe superar ou minimizar a rivalidade entre os órgãos, fomentar o senso estratégico e seletivo, assegurar a autonomia administrativa, financeira e operacional, pautar as ações pela neutralidade, e não descuidar do controle de integridade. Um sistema efetivamente compartilhado e cooperativo é posto à prova das vaidades pessoais e institucionais, que no mais das vezes constituem o grande vilão, responsável por comprometer iniciativas como essa [...] (BECHARA, 2017, p.1).

Outra forma de pensar integração estratégica está relacionada nas palavras Gabriel Leal em seu livro “Do Pensamento policial: cultura, literatura e segurança pública”. Lá, ele descreve que a segurança pública tem saída quando vista pela a integração das polícias através do “ciclo completo” por uma visão plena das instituições policiais pela prevenção, repressão e investigação objetivando maior eficácia e eficiência dos serviços públicos. O clamor social, em resposta à magnitude do grande problema dos aumentos da criminalidade e da violência, põe em evidência a necessidade de ações efetivas. Sendo assim, não é viável burocratizar e segregar ações que se completam (LEAL, 2018).

Formação de Redes ou Sistemas

Rede ou Sistema pode ser definido, segundo Oliveira (2004, p.53), como “O conjunto de partes interagentes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuando uma função”.

A Segurança Pública envolve dimensões muito complexas. Portanto, integração é uma palavra imprescindível para interligar, em rede, as variáveis que montam o diagnóstico de cada organização que compõe a estrutura que deverá manter aberta a comunicação e a participação comprometida em levar a

responsabilidade mútua da sociedade e dos governantes no sentido de estabelecer a paz social.

Em termos de política pública voltada para a questão da segurança pública, o termo redes é bastante amplo, pois abarca a ação de inúmeras entidades públicas e privadas em prol do objetivo comum. O desenvolvimento de ações públicas em rede tende a proporcionar um resultado mais efetivo quando trabalhado no todo com o compartilhamento de informações, metas e objetivos.

DA PREVENÇÃO PRIMÁRIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

O consumo de drogas e a violência são temas significativos que ocupam local nos meios sociais de destaque nas mídias de comunicação de massa e tais assuntos pautam também nas discussões dos planos estratégicos de implementação de políticas públicas para resolução de conflitos sociais por meio de uma atuação preventiva.

As ações de prevenção nas escolas abrangem uma diversidade de tratamentos e de públicos-alvo, e têm como objetivo prevenir diferentes tipos de comportamento ou problema. Há ações que têm como alvo não apenas os alunos, mas também seus professores e demais funcionários no ambiente escolar, com intervenções nos cronogramas de atividades como, por exemplo, a escola de tempo integral e até mudanças no espaço físico, propiciando que a própria estrutura deixe o ambiente sereno e com possibilidade de reprimir o surgimento de ações violentas.

Nas palavras de Abramovay (2002), a violência nas escolas tem identidade própria - ainda que expressem de forma comum a violência como fato que fere, sangra e mata ou, ainda, que a definam como ações de incivildades, preconceitos, desconsiderações aos outros ou como diversidade. O tema é tão importante que a UNESCO no Brasil, desde o ano de 1997, iniciou uma séria de pesquisas centradas no tema juventude, violência e cidadania apresentando propostas concretas para políticas públicas no país.

Na definição de Spozito (1998), violência é tudo aquilo que configura ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra e pelo conflito.

Dupaquier *apud* Abramovay (2002) considera a violência escolar como uma transgressão à ordem e às regras da vida em sociedade e adverte que não se deve confundi-la com agressividade, além de reconhecer que é difícil estabelecer os limites entre violência na escola e transgressões das regras de civilidade.

Sobre a temática prevenção, Nicastrí e Ramos (2001) defendem existir diferentes categorias que fundamentam as ações preventivas do uso de drogas: a prevenção primária, que objetiva evitar ou retardar o uso de drogas; a prevenção secundária, realizada quando o consumo é detectado, ou seja, em indivíduos que já fazem uso de drogas e têm por finalidade evitar que esse uso se torne nocivo e a prevenção terciária, que corresponde ao tratamento do uso nocivo ou da dependência e prioriza ações voltadas à manutenção da abstinência.

Com base nessa classificação, Moreira e Nagem (2010) destacam que há um equívoco nas ações de prevenção adotadas em diversas escolas, uma vez que a maioria delas está baseada na prevenção primária, porém, focada no público adolescente que, muitas vezes, já experimentaram drogas. Empregam-se, nesses casos, práticas de prevenção primária quando o mais adequado seria práticas de prevenção secundárias.

A escola, sem dúvida, é o segundo ambiente, depois da família, no qual se espera que o ser humano adquira os ensinamentos e os valores para a vida em sociedade. Almeja-se que o professor seja construtor do conhecimento e o facilitador da cultura de paz tão necessária à atual conjuntura de violência vivenciada pelo nosso país.

Com relação à prevenção a violência nas escolas, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Roberto Barroso, relata que as ações de políticas públicas se iniciam nas escolas. “[...] Os caminhos para uma política antiviolença devem abranger, também, atenção à primeira infância; prevenção e redução do abuso infantil; diminuição da evasão escolar [...]” (BARROSO *apud* SZABÓ; RISSO, 2018, p.10)

Planejamento Estratégico de Segurança Pública

O artigo nº 144 da Constituição Federal (1988) define que a segurança pública é um dever do Estado e responsabilidade de todos. Abordaremos neste artigo a estrutura de planejamento do Estado para a garantia desse direito do cidadão. Gestores públicos trabalham com planejamento de atividades e, na área da segurança pública, esse processo ocorre normalmente por meio da instituição do Plano Estratégico de Segurança Pública, responsável por estipular ações para serem desenvolvidas durante um período de tempo de forma que estas ações sejam incluídas no PPA (Plano Plurianual)⁵.

Inicialmente, analisaremos o programa estadual de segurança pública no Estado de Mato Grosso sob a ótica de ações previstas para a prática da prevenção primária por meio do processo de integração. Desta feita, realizamos uma pesquisa documental para inicialmente identificar as ações previstas e as que foram efetivamente realizadas.

No ponto de partida, identificamos que o Plano Estadual de Segurança Pública no Estado de Mato Grosso⁶ traz uma concepção acerca do termo integração, nos termos do programa mato-grossense. No período 2016/2019, o termo integração buscava descrever a união e a unidade como principais características, enquanto que a interação, termo atual, busca maior sinergia entre os integrantes da segurança pública e os mais variados segmentos sociais para obtenção dos resultados consistentes.

O planejamento para o período se consubstanciou no programa Pacto pela Segurança Pública: MT mais seguro, o qual citamos que possui como um dos focos a prevenção da violência e da criminalidade, tendo como objetivo específico reduzir o índice de homicídios de 34,79 para 25,5 homicídios para cada grupo de cem mil pessoas e de roubos de 553,11 para 403,22 até dezembro de 2019.

⁵ O Plano Plurianual (PPA) é um planejamento de médio prazo, que deve ser realizado por meio de lei. Nele, são identificadas as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte. (BRASIL,2018) Câmara dos Deputados. **Plano Plurianual (PPA). 2016-2019**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa>. Acesso em: 13 jan. 2019).

⁶ MATO GROSSO. **Planejamento Estratégico de Segurança Pública de Mato Grosso: 2016-2019** objetivos estratégicos e metas. Cuiabá, MT: NGER, 2016.

O foco do trabalho de "interação" previa a celebração de convênios do Estado com 04 municípios (Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande) até dezembro de 2019 com uma série de ações das quais trazemos à baila a formação de redes para prevenção social da violência e da criminalidade. A ideia era que esse trabalho levaria à redução de riscos de vulnerabilidade comportamental e de risco social de crianças, além de fortalecer ações municipais e ações de prevenção no entorno da unidade escolar, entre outras atividades.

Ao realizar a pesquisa documental, identificamos que, até dezembro de 2018, não foram firmados os convênios com os municípios Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande para a consecução do Pacto pela Segurança Pública: MT Mais Seguro, conforme previsto no plano estadual em que pese a redução dos casos de roubos, furtos e homicídios em Mato Grosso no período em questão. Ações de segurança pública foram implantadas, a exemplo do Bairro Integrado, envolvendo vários entes do Estado entre 2016 e 2018, o fortalecimento das guardas municipais com compartilhamento de treinamento, informações e veículos, bem como ações do poder público municipal no sentido de melhorar pontos sensíveis destes municípios, fazendo-se presente nas ações de Estado nas localidades. Essa prática proporcionou melhoras significativas na sensação de segurança e na redução dos índices de criminalidade.

Quando analisamos o Plano Estadual de Segurança Pública de Sergipe, verificamos inicialmente que este não se encontra disponível para consulta, pois suas ações estão previstas diretamente no PPA-Sergipe⁷ 2016/2019, e estão distribuídas em eixos com metas físicas. Como estamos trabalhando o foco da prevenção primária, abordaremos a meta "0069" que prevê implantar ações de prevenção à violência e à criminalidade, com a finalidade de aproximar a polícia da comunidade e reduzir os fatores de risco nas áreas mais vulneráveis.

A nossa análise documental não pode simplesmente realizar a análise das metas previstas para o setor de segurança pública no PPA de Sergipe sem que indiquemos que, no cenário Nacional, o Governo Federal, no ano de 2015, estipulou o

⁷ SERGIPE. **Lei nº 8.089 de 08 de janeiro de 2016.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019, e dá outras providências. Disponível em: <http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/PPA-2016-2019-Anexos-1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

Pacto Nacional para Redução de Homicídios (PNRH,2015) com foco na prevenção e pelo aumento das oportunidades educacionais para os jovens moradores das localidades mais violentas do país. O que queremos demonstrar é que o foco, no momento de implementação do plano, tinha a meta de redução no número de homicídios, pois, no ano de 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Por causa dos altos índices em Sergipe, no ano de 2017, decidiu-se implementar, naquele Estado, o Plano Nacional de Segurança Pública.

Quanto ao PPA de Sergipe, no que tange a prevenção, damos ênfase ao que foi previsto: ampliar as iniciativas de policiamento comunitário, criar a Coordenação Geral de Prevenção à Violência e à Criminalidade da SSP e a Coordenação de Polícia Comunitária da PMSE; institucionalizar os projetos já desenvolvidos pelos Órgãos da Segurança Pública; implantar núcleos de mediação de conflitos nas unidades da Polícia Civil; promover campanhas educativas relativas ao uso nocivo e dependência em drogas lícitas e ilícitas; disseminar a prevenção ao uso de drogas por meio do PROERD; promover a Cultura de Paz nas Escolas e Comunidades; incentivar a participação dos Municípios na prevenção da violência; implantar o funcionamento da Base Móvel do Programa “Crack, é possível vencer”, durante 24 horas; e implantar o Projeto Golfinho e o Bombeiro Mirim do Corpo de Bombeiros.

Com índices de violência alarmantes a ponto de se comparar o Estado do Sergipe com países mais violentos do mundo na época da implementação do PPA 2016/2019, o foco prevenção primária às drogas e à violência não ficou efetivamente evidenciado no PPA. Também não foi efetivado com ações na prática. A mais forte tentativa de estabelecer esta política pública se deu com a implementação do programa Minha Comunidade Segura que previa uma série de ações integradas com órgãos do próprio Estado, município, Poder Judiciário e comunidade para a prática da prevenção por meio de múltiplas ações nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

A ação contínua do Estado em comunidades carentes tende a transformar a realidade por meio do fornecimento de ações e serviços, desde que alinhados com o interesse da própria comunidade voltados ao interesse da pessoa humana. A

segurança pública é constituída por uma série de fatores que vão além da presença dos agentes da segurança pública. Ela engloba fatores sociais como o oferecimento de serviços, emprego, iluminação pública entre outras atividades.

As ações de prevenção realizadas pelo Estado de Sergipe surtiram um efeito positivo, pois impactaram na redução do número de homicídios no período de 2016-2018, segundo o CEACRIN, com uma redução de 49,2% em relação à 2017, comparado à 2016, com redução de 38,8% e, de 2018 para 2015, o número caiu 36,2%.

DA ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de analisar a percepção dos docentes quanto à rede empregada para a prevenção primária às drogas e a violência nos bairros Pedra Noventa de Cuiabá e no bairro Santa Maria de Aracaju, foi aplicado um questionário fechado de alternativas fixas e múltiplas para melhor tabular os resultados utilizando a abordagem comparativa.

Na pesquisa, utilizou-se a abordagem quanti-qualitativo, a fim de produzir um melhor alcance dos objetivos propostos, conforme análise dos dados que interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Problemas Relacionados às Drogas e à Violência

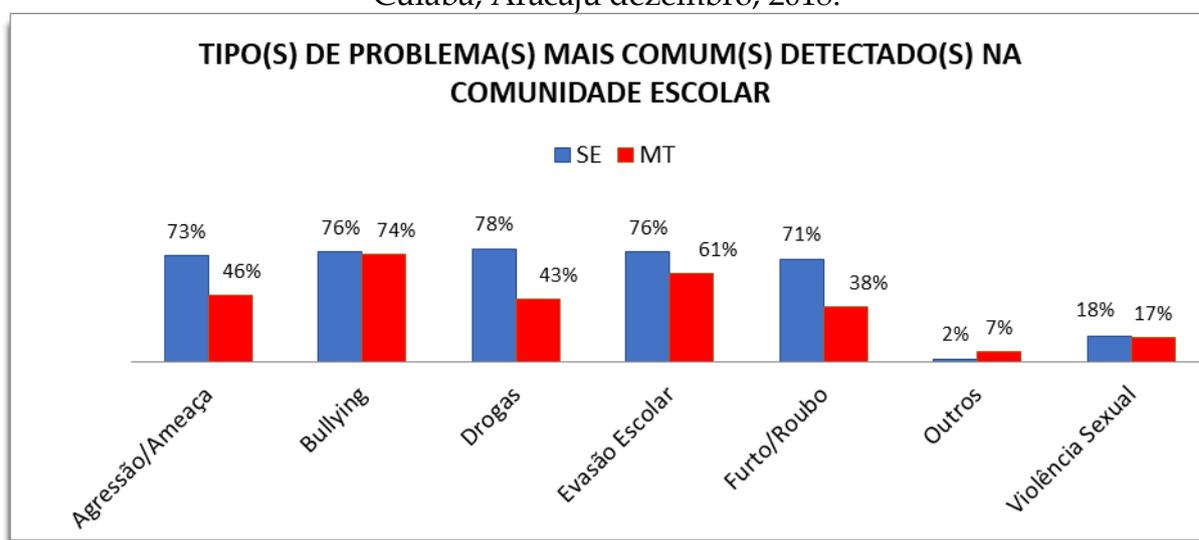
Para identificação da existência de problema relacionado às drogas ou à violência, foi questionado aos docentes: se a comunidade escolar sofre algum tipo de problema relacionado às drogas ou à violência. No Bairro Santa Maria, 100% (cem por cento) dos docentes responderam serem vítimas de violência ou tráfico de drogas. O mesmo questionamento foi feito aos professores do bairro Pedra Noventa em Cuiabá e foi constatado que 88% (oitenta e oito por cento) da população questionada na pesquisa é vítima de tráfico de drogas ou de violência.

Para melhor elucidação dos resultados obtidos, faz-se necessário a identificação do público-alvo da pesquisa. Neste tocante, em Cuiabá, destacamos que no bairro Pedra Noventa foram alvo da pesquisa cinco unidades escolares compostas

por uma escola de ensino médio integral, uma escola de ensino fundamental I, duas escolas de ensino fundamental I e II, e uma escola de ciclo completo fundamental I, II e ensino médio, 67 (sessenta e sete) professores participaram da pesquisa. No bairro Santa Maria em Aracaju, a pesquisa foi realizada em três unidades escolares, sendo duas de ensino fundamental II e uma de ensino médio com 48 (quarenta e oito) professores pesquisados.

Tipos de Problemas da Comunidade Escolar

Gráfico 1: Tipos de problemas mais comum detectado na comunidade escolar. Cuiabá, Aracaju dezembro, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nitidamente, percebemos a questão da violência e drogas como um problema grave no bairro Santa Maria em Sergipe, sendo apontado naquele Estado as drogas, o *bullying*⁸ e a agressão/ameaça como grandes problemas daquela comunidade, seguidos de perto pelo furto/roubo. Prova disso, é que houve uma intervenção federal naquele Estado para mudar essa triste realidade com a implementação do programa "Minha Comunidade Segura", cujos resultados podem se confirmar com a redução do número de homicídios e roubos, mas, ainda, não se refletiu na sensação de segurança no ambiente escolar. Em Mato Grosso, em especial

⁸ *Bullying* é um termo que descreve atitudes agressivas dentro do ambiente escolar em caráter repetitivo, sistemático, doloroso e intencional (Gomes,2013).

no bairro Pedra Noventa o *bullying*, a evasão escolar e agressão/ameaça representam os problemas na comunidade escolar.

O pesquisador Marco Rolim (2016) afirma que a redução da evasão escolar seria uma importante ferramenta para a prevenção da violência, pois reduziria o recrutamento desses jovens pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas.

No bairro Pedra Noventa, em Cuiabá, em que pese programas como PROERD, Secretaria Municipal de Saúde e de Cara Limpa Contra as Drogas, tenham atuado especificamente com o tema *bullying*, este se apresenta com índice alarmante na comunidade escolar, que, de alguma forma, pode estar contribuindo com a evasão, pois, são comuns casos de agressões ou ameaças em decorrência deste tipo de conduta.

Existência de um Programa de Prevenção Primária

Para podermos perceber a necessidade de adoção de um plano estratégico quanto à prevenção primária na comunidade escolar, foi questionado ao docente se Existe algum programa de prevenção primária⁹ às drogas e à violência nesta comunidade escolar de forma perene (ao longo do ano letivo) e obtivemos a seguinte resposta: no bairro Pedra Noventa 59% (cinquenta e nove por cento) dos docentes afirmaram não existir um programa de prevenção primária que atue de forma perene na comunidade escolar, enquanto 41% (quarenta e um por cento) afirmaram existir tal programa, o que nos faz refletir sobre a comunidade como um todo, já que alguns programas são destinados a faixas etárias distintas. Observamos que tais resultados são consequência da não aplicação dos programas em determinadas escolas no bairro, já que foram pesquisadas as cinco escolas que abrigam as crianças daquela localidade. Essa informação fica mais evidente quando, na continuidade da pesquisa, os docentes apontam os programas de prevenção primária que estão presentes na sua comunidade escolar. Já em Aracaju, a realidade foi descrita de forma inversa, uma vez que foram pesquisadas três escolas do bairro

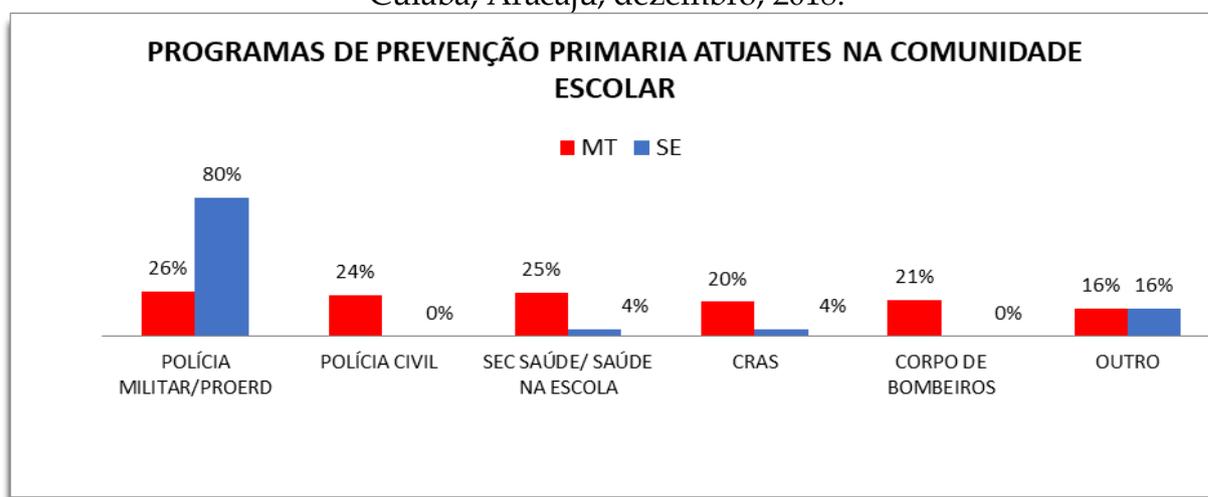
⁹ Prevenção primária – abordagens que visam prevenir a violência e o consumo de drogas antes que ela ocorra.

Santa Maria e 58% (cinquenta e oito por cento) dos entrevistados confirmaram a existência de um programa de prevenção primária a despeito dos 42 % que dizem não ter percebido nenhum programa.

Programa de Prevenção Primária Atual

Para entendermos a percepção dos programas pela comunidade, elencamos os nomes dos programas/atores que atuam nas comunidades para que a população, a partir disso, pudesse indicar a percepção do programa que atua na comunidade e obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 2: Programas de prevenção primária atuantes na comunidade escolar. Cuiabá, Aracajú, dezembro, 2018.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

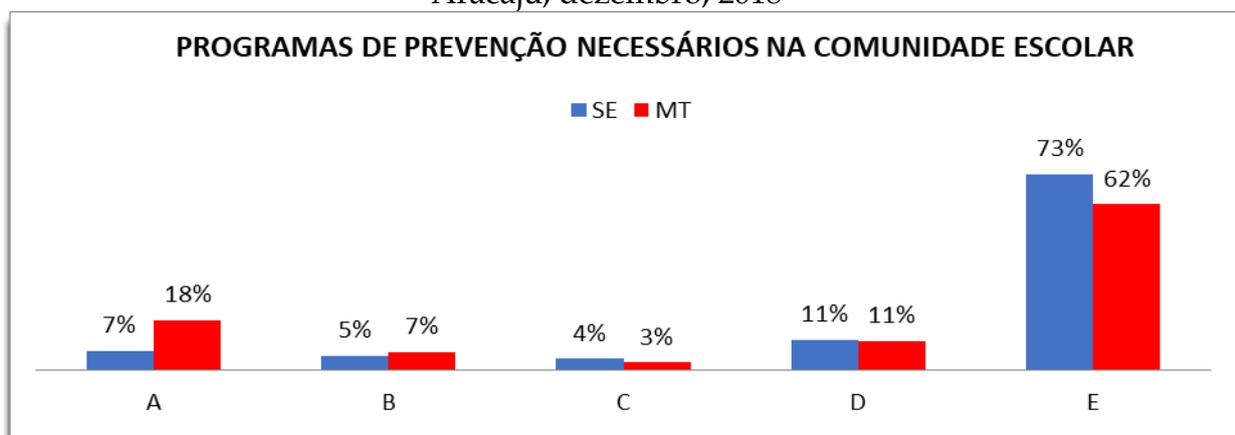
O resultado da pesquisa é impressionante, pois indica alguns fatores que estão diretamente relacionados aos tipos de violência vividos na comunidade escolar. Neste ponto, destacamos que, no Estado do Sergipe, a Polícia Militar tem, por meio do PROERD, um programa de prevenção primária que mais se destaca na opinião de 80 % (oitenta por cento) dos entrevistados. Contudo, 16% (dezesseis por cento) dos entrevistados indicam outros programas não relacionados à Secretaria de Saúde, de Segurança ou de Assistência Social, apesar da existência do programa "Minha Comunidade Segura". Sua percepção foi baixa pela comunidade em que pese os entrevistados terem afirmado, em sua maioria, que existe ali um programa perene de

prevenção primária. Em Mato Grosso, o resultado, quando se questionou a existência de um programa, foi bastante equilibrado, com destaque para a Polícia Militar com o PROERD, mas, também, para a Polícia Civil com o programa de “Cara Limpa Contra as Drogas” e com os programas da Secretaria de Saúde, CRAS e Corpo de Bombeiros. O resultado equilibrado demonstra uma atuação forte do Estado percebida pela comunidade. Mas, ainda pouco eficiente para a redução dos índices de evasão escolar e *bullying*, que estão apontados como os maiores problemas na comunidade escolar no Pedra Noventa.

Necessidade das diferentes frentes na Prevenção Primária

No intuito de compreender a dimensão dos problemas da violência e das drogas no ambiente escolar buscamos, por meio da pesquisa, verificar a existência da necessidade de aplicação de algumas atividades preventivas como a realização de rondas, de palestras, ações sociais ou ações os órgãos que compõem o sistema de segurança pública, assistência social, Secretaria de Esporte e Secretaria de Saúde de forma perene na comunidade escolar e obtivemos a seguinte informação por parte dos docentes:

Gráfico 3: Necessidade de Diferentes frentes de Prevenção Primária. Cuiabá, Aracajú, dezembro, 2018



ITEM	PROGRAMAS		
A	1.Programa de prevenção às drogas	2. Programa de prevenção a violência.	3.Prevenção ao bullying
B	3.Prevenção ao bullying	4. Palestras educativas	
C	5.Ações sociais.	6.Realização de rondas pela polícia	

D	7.Realização permanente de atividades preventivas entre os órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública, Assistência Social, Secretaria de Esporte e Secretaria de Saúde
E	Todas as alternativas

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A comunidade escolar, como um todo, quer a presença do Estado no ambiente escolar perceptível pelo apontamento dos docentes tanto em Mato Grosso quanto no Estado de Sergipe. A informação é bem clara pelo alto percentual da alternativa “E”. É necessário enfatizarmos o apontamento gerado nesta pergunta no Estado de Mato Grosso, que, apesar de apresentar a necessidade de aplicar todos os programas, o *bullying* desponta como um programa necessário a ser aplicado na comunidade escolar. Prova disso, está na relação deste questionamento com a pergunta de número 02, onde o docente aponta os problemas mais comuns na comunidade escolar e apresenta o *bullying* como o segundo maior problema na comunidade escolar ficando atrás apenas da evasão escolar.

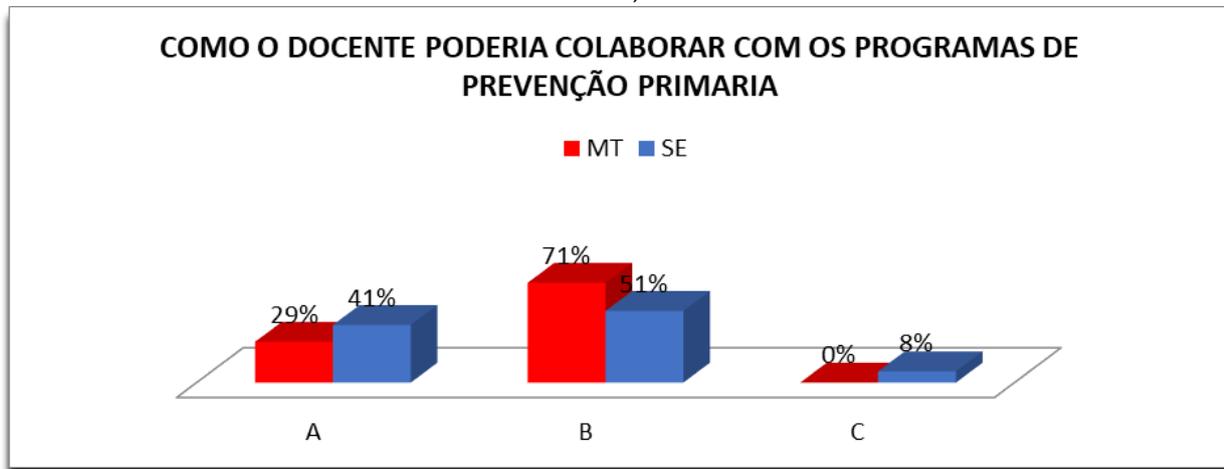
Segundo informações oriundas do Aracaju (2018), o bairro Santa Maria se encontra em severa vulnerabilidade quanto ao perfil educacional, com uma população em precariedade de condições de vida. Fazendo o detalhamento das condições dessa comunidade, podemos evidenciar o grau de vulnerabilidade desse público pelas seguintes características: elevados números de pessoas sem saber ler e escrever; 50% das crianças e dos jovens em distorções idade/série; grande número de pessoas que deixaram de estudar. Ainda nesse mesmo relatório, registra-se que 50% das famílias que moram no Bairro Santa Maria têm as doações como principal fonte de renda.

Outro dado importante indica que a população jovem, entre 15 a 29 anos de idade, representante da grande parte da população do bairro, nem estuda e nem trabalha. Segundo a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal de Sergipe (CEACRIM, 2018), o bairro em questão é o mais violento da capital Sergipana.

A realidade socioeconômica das famílias do Santa Maria reflete nas questões de violência, conforme apontam os dados e exige ações de políticas de segurança pública para redução da violência.

Participação dos Docentes na Prevenção Primária

Gráfico 4: Participação dos docentes na Prevenção Primária. Cuiabá, Aracajú, dezembro, 2018.



A	identificando componentes da escola como vítimas ou agressores e compartilhando informações
B	participar de treinamentos para se tornar um agente transformador social no ambiente escolar
C	de forma nenhuma

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A pesquisa evidencia um satisfatório resultado para os gestores de políticas públicas preventivas, quando a maior parte dos docentes se colocaram proativamente tanto para identificar e direcionar as informações na rede de apoio, como em ser treinado para solucionar os problemas em ambiente escolar.

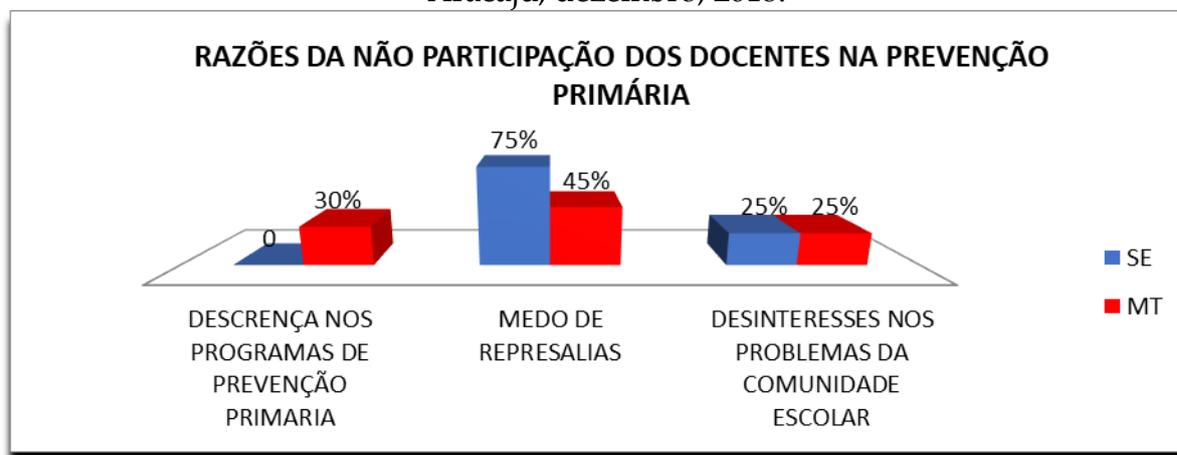
Essa pré-disposição para se tornar transformador social em ambiente escolar é apresentada tanto em Sergipe, quanto em Mato Grosso. Esse perfil dos docentes favorece a possíveis mudanças no cenário problemático e complexo de múltiplas facetas que envolve a garantia de segurança nesse microsistema da sociedade que é a escola.

Um percentual reduzido de profissionais da educação no bairro Santa Maria, em Sergipe, não demonstrou predisposição em colaborar com os programas de prevenção primária, fato que, talvez, seja justificado, pois, o bairro em questão é o mais violento da capital Sergipana, já no bairro Pedra Noventa, em Cuiabá, não houve registro de profissionais que não gostariam de contribuir com a atividade .

Razões na não participação dos Docentes na Prevenção Primária

Tão importante quanto ter a disponibilidade por parte dos professores na transformação social em prol da redução da violência, é, também, saber os reais motivos que ainda impedem uma efetiva participação nesse processo de busca pela paz por parte dos docentes. O estudo demonstra que:

Gráfico 5: Razões da não participação dos docentes na prevenção primária. Cuiabá, Aracajú, dezembro, 2018.



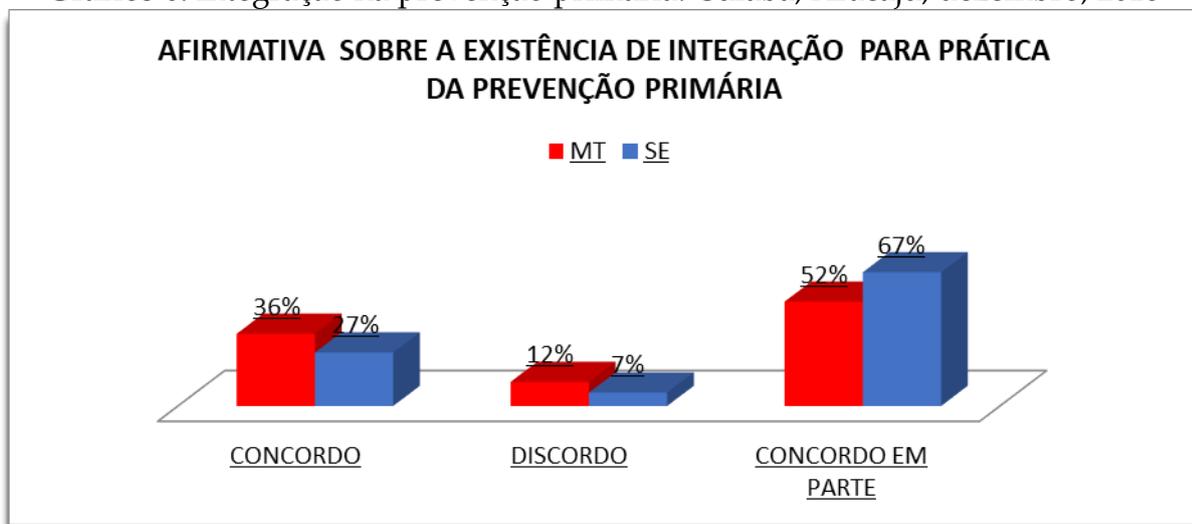
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Chama a atenção que, parte do corpo docente da comunidade escolar pesquisada, tanto a de Sergipe quanto a de Mato Grosso, sofre com a violência e tem medo de represálias, com um percentual elevado no bairro Santa Maria, em Sergipe, de 75% dos entrevistados contra 45% dos entrevistados do Pedra Noventa, em Cuiabá. Outro ponto importante, é o fato de que 30% dos entrevistados não acreditam nos programas de prevenção primária no bairro Pedra Noventa, o que torna salutar, para as políticas de prevenção primária nesta localidade, iniciar suas estratégias, nesse contexto, pelo incentivo ao comprometimento, através de mudança dessa concepção dos docentes e apresentar programas bem sucedidos, promovendo, assim, a adesão desse importante agente transformador.

Integração na Prevenção Primária

Nos chama a atenção a percepção da atividade de prevenção primária, pois, ao afirmarmos que "existe uma integração entre os órgãos como escola, Polícia Militar, CRAS, CREAS, conselho tutelar, poder judiciário e ministério público para prática de prevenção primária", obtivemos a seguinte informação, na opinião do docente:

Gráfico 6: Integração na prevenção primária. Cuiabá, Aracaju, dezembro, 2018



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com relação a afirmação de existência de prática de prevenção primária em Mato Grosso, 36% dos entrevistados disseram concordar, enquanto que, em Sergipe, foram 27% que concordam. Já com relação à concordância parcial a essa afirmação, em Cuiabá, o percentual foi de 52%, enquanto, em Aracaju, foram 67%. O interessante é que, ao correlacionarmos essa informação com o gráfico 03, percebemos que, no bairro Santa Maria em Aracaju, os docentes afirmaram, na sua grande maioria, que concordam em parte com a afirmativa, mas apontam esse trabalho integrado como uma ação do PROERD, que pertence à Polícia Militar. O programa "Minha Comunidade Segura" possui a integração como fator preponderante e agrega ações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Conselho Tutelar, CRAS e Secretaria de Saúde, Secretaria de Esporte Lazer e Secretaria de Inclusão Social. Acreditamos que o não reconhecimento nominal das

ações preventivas executadas pelo programa se deve ao fato de que os agentes envolvidos não utilizam de meios de identificação visual como da utilização de uniformes ou de viaturas ostensivas durante a aplicação do programa, pois o próprio PROERD que é aplicado pela Polícia Militar está inserido no programa. Nota-se, nesse caso, que o programa é recente e que possui características integrativas que tendem a lograr ao sucesso e ao consequente reconhecimento da comunidade, se realizado de forma perene.

No que se refere a relação entre crime e educação, o IPEA (2016, p11) faz o seguinte esclarecimento:

A educação juvenil e criminalidade, do ponto de vista da política pública de prevenção ao crime, há que se pensar nos potenciais mecanismos para mitigar o problema, levando em conta as perspectivas da demanda e da oferta por educação. Ou seja, é possível que uma melhora substancial na qualidade da oferta de serviços educacionais no ensino médio atraia alguns jovens e evitem que aqueles matriculados abandonem a escola, por exemplo. Tal situação propicia o aumento do capital humano do jovem, com a consequente melhoria das suas oportunidades no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que reforçaria o sentido de concordância com os valores sociais estabelecidos, além de permitir que esse jovem se inserisse em um círculo de amizades como menor propensão à transgressão, em relação aos jovens fora da escola.

Um elemento comum nas experiências de sucesso para reduzir crimes violentos em muitos países é o enfoque no jovem residente em regiões conflagradas, com ações que visavam aumentar o capital humano desses indivíduos e fortalecer os seus elos de sociabilidade, a partir da provisão de uma gama de oportunidades educacionais, culturais, desportivas e laborais. A falta de estímulos e de acesso a uma escola que não apenas motive, mas lide com diferenças individuais e sociais, não apenas restringe o aumento do capital humano das crianças e jovens nas áreas mais carentes da cidade, mas termina por apartá-los do ambiente escolar, (IPEA, 2016).

CONCLUSÃO

A sociedade moderna tem se mostrado preocupada com esse fenômeno social que é a violência e o consumo de drogas, intimamente ligados. A escola é receptora primária dos membros da sociedade e sente os reflexos diretos destes

fenômenos sociais, pois trata da formação moral e intelectual de grande parte da sociedade ao receber uma criança em suas instalações e devolver um jovem à sociedade.

A solução dos problemas enfrentados na escola e em seu entorno passam por políticas públicas que abarcam muitos fatores, além da questão segurança pública. Eis aí a necessidade do planejamento estratégico com a formação de redes ou sistemas que abarquem os serviços públicos de interesse da comunidade ou efetivamente necessários.

O aluno que frequenta escola leva para seu interior os reflexos diretos do meio da sociedade em que vive: agressões, *bullying*, tráfico de drogas, depredação do patrimônio, furtos, roubos, o que leva à prática da evasão escolar. Essas são manifestações claras de um mal que invadiu nossas instituições de ensino. Por certo que o professor, responsável direto pela transmissão do conhecimento, é um importante ator nesse contexto social que pode ir além da transmissão do conhecimento, mas que tem, muitas vezes, suas ações limitadas entre quatro paredes ou no interior dos muros da escola e, ainda assim, pode se sentir limitado por ameaças, falta de disciplina e insegurança na escola.

Todo tipo de violência oriunda do comportamento humano ou das drogas requerer intervenções de várias áreas. Para exemplificar melhor o quanto é complexa a questão de segurança pública, podemos citar como fatores relacionados à promoção de saúde, como por exemplo, a redução da gravidez na adolescência, dos órgãos, bem como o melhoramento da infraestrutura de saneamento básico a exemplo do calçamento, iluminação e transporte. Existe uma gama de atividades que influenciam e que são fortes fatores na construção preventiva da violência e todas essas ações reverberam dentro da unidade escolar, por mais que iniciem fora dos muros das escolas.

A pesquisa realizada com os docentes nos trouxe a uma atualização da vivência nas escolas do Bairro Pedra Noventa, em Cuiabá, e Santa Maria, em Aracaju. Realidades diferentes com problemas semelhantes em suas comunidades. Nesse tocante, a mais importante descoberta está no fato dos docentes terem manifestado, em sua maioria, o interesse de se tornar um agente transformador social no ambiente

escolar, identificando componentes da escola como vítimas ou agressores e compartilhando informações.

É fato que o interesse docente contribui para a solução do problema, mas, de forma isolada não resolve e, mesmo que ocorram intervenções pontuais da segurança pública, esta também não trará a solução esperada. Trata-se de uma questão de integração estratégica, pois uma oferta de ensino de qualidade alinhada à políticas públicas tende a colher melhores resultados.

Constatamos que, no bairro Pedra Noventa, no município de Cuiabá, foram ofertados serviços públicos para a comunidade de forma a prevenir o consumo de drogas e à violência sem que houvesse um destaque significativo para nenhum dos serviços prestados, mesmo com a presença da Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Ministério Público, Centro de Referência e Assistência Social. Porém, o que mais impressiona é que estes serviços são ofertados, mas, inexistente uma rede proteção e os serviços não se comunicam. A existência dos serviços públicos mostra resultados positivos para os problemas fora do ambiente escolar, contudo, vale destacar que, no bairro em Pedra Noventa, a maior parte dos problemas escolares é de natureza endógena como o *bullying* e a evasão escolar.

Ao externar a questão da prevenção primária contra as drogas e a violência, precisamos entender que a segunda possui fatores internos (endógenos) na unidade escolar e externos (exógenos) na vizinhança da própria escola. Por isso, a importância das políticas públicas que incluam não só a escola e seus frequentadores (alunos, corpo técnico e professores), como também a própria comunidade no entorno da escola.

Importante frisarmos que o bairro alvo da pesquisa em Cuiabá recebeu ao longo dos anos inúmeras intervenções que melhoraram as condições da localidade, como o fornecimento de escolas, creches, posto de saúde, policlínica, conselho tutelar, base comunitária de segurança, asfalto e iluminação pública, ações que evidenciam a presença do Estado no local, aumentando a sensação de assistência e de segurança na localidade.

Em busca da solução para a questão de prevenção primária, por meio de uma integração estratégica, filiamo-nos às ideias de Beato e Peixoto (2005) que sugere

uma cooperação interagencial, a intervenção social, as oportunidades sociais e as mudanças sociais como estratégias de intervenção. Nesse tocante, não resta dúvida que iniciamos um processo de identificação de problema nas comunidades estudadas com a focalização da perspectiva de enfrentamento do problema pluridimensional, ancorado nas pesquisas de Soares (2005). Resta-nos seguir os passos indicados pelo autor, ou seja, mobilizar todos os organismos governamentais pertinentes a partir dos operadores locais, valorizando-os, com base em um pacto político de intensificação e de qualidade de investimentos e da integração de ações, com abertura à participação social.

Proporcionar um impacto social de forma qualitativa na comunidade requer um trabalho de longo prazo. As políticas públicas, por mais que possuam por determinação legal um prazo para início e fim, não conseguem prosperar por longos períodos, pois mudanças de governantes são quase que sinônimos de mudanças de políticas públicas.

Diante desse cenário, após identificarmos os problemas relacionados a prevenção às drogas e violência nos bairros pesquisados, resta-nos apresentar como sugestão a implementação de um programa piloto que englobe a integração estratégica (formação de rede) aos moldes do apresentado em Sergipe (Minha Comunidade Segura), mas com a participação efetiva de todos os órgãos a exemplo de Mato Grosso.

Ainda é necessário identificar as demais necessidades locais, para que esse programa possa implementar políticas públicas integradas com efetividade, capacitar os agentes envolvidos, realizar as ações e a posterior avaliação do trabalho desenvolvido para que possa ser empregado em outras localidades, sob o mesmo modelo de funcionamento em caso de resultados positivos, ou ainda, que seja adequada a nova realidade caso não obtenha os resultados esperados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian. **Violências nas Escolas**. Abramovay et al. Brasília: UNESCO. Coordenação DST/AIDS Ministério da Saúde, Secretaria de Estado e Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDMF, 2002.

ARACAJU, Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social. Observatório Social de Aracaju. **Índice Cadúnico de Condições de Vida**, 2018. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/observatorio/arquivos/OBSERVATORIO-Relatorio-Cadonico-A4.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2018.

BEATO, Claudio C.; PEIXOTO, Betania Tontino. **Há nada certo. Políticas sociais e crime em espaços sociais urbano**. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2005.

BECHARA, F.R. **Plano de Segurança Pública: aposta na atividade integrada**. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/direito-penal-globalizado/plano-de-seguranca-publica-aposta-na-atividade-integrada-07022017>> Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Senado Federal Centro Gráfico, 1998. 292 Brasil, **Constituição (1998) Constituição da República Federativa do Brasil**.

CASTRO, Clarindo Alves de. **Polícia Comunitária: democratização da segurança pública**, Rio de Janeiro: Gramas, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração - 6 ed**, Rio de Janeiro :Campus, 2000.

____, **Planejamento estratégico fundamentos e aplicações - 2ed**, Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GOMES, Luiz Flavio. **Bullying e prevenção de violência nas escolas: quebrando mitos, construindo verdades**. São Paulo: Saraiva, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Atlas da Violência 2018**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 13 jan. 2019.

____. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos territórios focalizados no pacto nacional de redução de homicídios**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 18 jan. 2019.

LEAL, Gabriel. **Do Pensamento Policial: Cultura, Literatura e Segurança Pública**. Curitiba, CRV, 2018

MATO GROSSO. **Planejamento Estratégico de Segurança Pública de Mato Grosso: 2016-2019. Objetivos Estratégicos e Metas**: NGER, 2016.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MOREIRA, L. A; NAGEM, R. L. **Drogas e prevenção: o que as crianças de 9 a 11 anos querem saber?** Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT6/DROGAS_E_PREVENCAO.pdf> . Acesso em: 14 nov.2018.

NICASTRI, S; RAMOS, S. **Prevenção do uso de drogas**. *Jornal Brasileiro de Dependência Química*, v. 2, n. 1, p. 25-29, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: Conceito, Metodologia e Prática**, 21 - ed, São Paulo: Atlas, 2004.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability: constituinte necessária das sociedades democráticas**, *ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia*, v. 5, n. 1, p. 81-100, 2013.

ROLIM, Marcos. **A política de segurança pública deve se basear na evasão escolar zero**. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2016/12/politica-de-seguranca-publica-deve-se-basear-na-evasao-escolar-zero-diz-marcos-rolim.html>. Acesso em 12 de jan.2019.

SERGIPE. **Lei nº 8.089 de 08 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2016-2019, e dá outras providências**. Disponível em: http://seplag.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/PPA-2016-2019_-_Anexos-1.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. **Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal de Sergipe**. Aracaju, SE: CEACRIN, 2018. Disponível em: <<https://www.ssp.se.gov.br/Noticias/Detalhes/noticia=9238>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Municipal no Brasil: sugestões para uma Agenda Mínima**. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SPOZITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência**. In; *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas nº 104, pp. 58 -77. Jul 1998.

SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. **Segurança Pública para virar o jogo**. 1ed. Rio de Janeiro. Zharar, 2018.